

TRABALHADORAS DE SEXO EM RESSANO

O drama, os medos e episódios de violência

ANA REA TENE

O CURLOMETRO quatro (RMA), no posto administrativo de Rosário García, distrito de Moaña, tornou-se ponto de encontro de dezenas de mulheres migrantes que procuram o sustento das suas famílias com o trabalho sexual.

São mais de 20 mulheres trabalhadoras de sexo oriundas maioritariamente do distrito metropolitana de Grande Magaluf, mas também de outros locais, para conseguir algum dinheiro para pagar despesas básicas e evitar viver na rua.

Cada uma tem a sua história e a conta sobre como entrou nesta actividade. Uma viram-se com despesas por pagar, depois de terem sido abandonadas pelos esposos por não conseguirem pagar as despesas da casa. Outras foram abandonadas por não terem conseguido encontrar emprego, outras ainda há por "ganhar", outras gostam mais. Têm experiências domésticas, há quem já tenha sido vítima de violência doméstica e outras que passaram a dedicar-se a esta actividade que, apesar de ser permitida, mantém muitas famílias e a viver para sobreviver.

Independentemente das



O RMA tornou-se o ponto de encontro das trabalhadoras de sexo.

Alipio e María, tenho também "des-ciente" entre os pagos, Rosário García, o RMA, onde a actividade é mais controlada e menos violentada.

O "Noticia" avisa de perto a jornada destas

mulheres que ganham a vida "fazendo o comércio" aos homens solitários que se fazem a estrada em longas jornadas de trabalho entre Moquegua e Arequipa de Sul e vice-versa.

Nunca noite considerada

de fraco movimento para as trabalhadoras, a nova temporada avança as histórias das mulheres - identificadas aqui com nomes fictícios -, os dramas por si mesmas e o modo de as suas famílias desistem

o seu trabalho.

Elas estão a lidar em dois grupos, ficando as que durante o dia se dedicam à confecção e venda de refeições e bebidas. Tal é o caso da Toni (28), que, depois de três anos como trabalhadora de sexo, conseguiu montar o seu próprio negócio com a ajuda de um cliente.

Depois de ficar grávida do primeiro filho, a jovem teve de

abrir a forma de atendimento. Ficando apenas com um cliente fixo e o seu namorado.

"Eu sei da beta para trabalhar como doméstica na cidade de Moquegua, mas não consigo fazer-me que aqui posso conseguir mais do que aquilo que eu ganhava, hehehe", conta.

Por seu turno, Isabel, de 21 anos, conta que foi a Rosário García para trabalhar numa

caso de posto e aderência de meninas, aliada à curiosidade leve e a aderir a esse trabalho.

"Quando cheguei aqui pensei que talvez não fariam este trabalho por complementar a renda que conseguiram nos seus pontos de trabalho. Ainda conheço também no esquema", disse.

É preciso quebrar tabus sobre o preservativo

A PREVALÊNCIA do estigma e discriminação tem aumentado para que as trabalhadoras de sexo não possam os cuidados de saúde em casos de violência, violação sexual por clientes ou em caso de roubos.

O médico e porta-voz na Saúde para população-chave em Rosário García, Zully Mariani, defende a necessidade de normalizar a conversa sobre o uso dos métodos de prevenção das infecções de transmissão sexual (ITS) entre as trabalhadoras de sexo.

Para Mariani, muitas mulheres têm medo de assumir que estão nesta actividade quando vão à unidade sanitária, o que impossibilita o diagnóstico e encaminhamento para as melhores formas de prevenção de doenças.

"Não ainda temos muitas tabus sobre o uso de preservativos, por exemplo. Mas as trabalhadoras de sexo devem usar este método como a maior frequência possível para que esteja preparada para qualquer método sexual que tiver, o que vai reduzir a probabilidade de contrair doenças", explica.

O médico conta que os profissionais de saúde trabalham com activistas do preservativo, uma iniciativa que



É preciso quebrar os tabus sobre a actividade. Zully Mariani, médica.

visa apoiar as trabalhadoras de sexo que fazem testes/ testes de diagnóstico do HIV e outras ITS.

No sentido de respeito ao atendimento, são as activistas que asseguram o encaminhamento destas mulheres aos serviços de saúde, para evitar episódios de estigma ou discriminação por causa do seu trabalho.

Mariani revela que as trabalhadoras de sexo que fazem testes/ testes de diagnóstico do HIV e outras ITS.

Quando se trata de atendimento, são as activistas que asseguram o encaminhamento destas mulheres aos serviços de saúde, para evitar episódios de estigma ou discriminação por causa do seu trabalho.

Mariani revela que as trabalhadoras de sexo que fazem testes/ testes de diagnóstico do HIV e outras ITS.

SAÚDE

A primeira recomendação que nós sempre damos é a necessidade do uso do preservativo. Também distribuímos lubrificantes porque sabemos que elas não vão estar aptas para o sexo toda hora, daí a necessidade do seu uso, explicou.

O facto de que grande parte das trabalhadoras de sexo reside nas cidades de Moquegua e Arequipa levou a que os problemas de saúde sejam reportados nestas zonas, e não apenas a probabilidade de acupuntura,

O dia-a-dia das meninas no "Hotspot"

EM A maioria das vezes que saem das cidades de Moquegua e Arequipa para o RMA, a que é chamada de "Hotspot" a actividade começa por volta das 10:00 horas, aguardando o movimento de clientes provenientes da vizinhança do Sul.

Os trabalhadores, geralmente estrangeiros, costumam rapidamente não após a chegada do primeiro cliente no território internacional (RMA) para alguns minutos de espera.

que mais circula entre os clientes e população local.

Maria, 40 anos e mãe de quatro filhos, conta que em dias de elevado fluxo de clientes consegue atender quatro clientes e regressar à casa com mais de 100 euros, que se queira gastar pelo para a sua família.

Conta que, em dias de movimento fraco, a sua é conseguida pelo menos, direito de transporte de regresso à casa.

Tal dia era que conseguiu dinheiro para cobrir a maioria das



depois de casa, mas há vezes em que nem para transporte consigo", revela.

Julia, 39 anos, residente no município de Moaña, conta que se não fosse trabalhadora de sexo não sabe como os seus

filhos vivem hoje, depois de ficar desempregada em consequência da pandemia da Covid-19.

"Fizeti emprego no ano passado por causa da Covid-19. Fiquei sem chão, até que um amigo me convidou para vir

agora a Rosário García para este trabalho. Aos meus filhos, digo que trabalho aqui há. Isso tranquiliza-os", acrescenta.

Elas relatam episódios de violência, estigma e discriminação

Filhos vivem hoje, depois de ficar desempregada em consequência da pandemia da Covid-19.

"Fizeti emprego no ano passado por causa da Covid-19. Fiquei sem chão, até que um amigo me convidou para vir

Vítimas de agressões, estigma e discriminação

ARESSANO física, violência psicológica e outras são as principais formas de violação dos direitos humanos que as trabalhadoras de sexo no posto fronteiriço Rosário-García sofrem.

Na maioria das vezes, as au-

toros das agressões e roubos são indivíduos que se fazem passar por clientes para, mais tarde, submetem as vítimas a episódios que elas nunca mais esquecerão. Na conversa com o "Noticia", relatam casos de

mas, clientes que preparam armadilhas para as acausar e acusar de agressões.

Os incidentes são perpetrados maioritariamente por "clientes" moqueguanos, o que leva muitas mulheres a preferirem os estrangeiros. A falta de respeito e discriminação também são frequentes com os nacionais.

"Como é que eu lá dizer que há um cliente que se envolveu comigo, não pagou nada chamou os seus amigos para me assaltarem? É por isso que adopto uma estratégia de não ir ao encontro dos clientes", explica



Se tiveres uma doença crónica como HIV, Hipertensão ou Diabetes, continua a ir às consultas e tomar a medicação de forma regular.

é levantar tudo o que eu traía", conta Juliana, no ofício há mais de 10 anos.

Situação similar ocorreu a outras meninas que, em conversa com o "Noticia", disseram terem tido medo de reportar os casos à Polícia da República de Moquegua (PRM) por causa do estigma que envolve a actividade.

"Como é que eu lá dizer que há um cliente que se envolveu comigo, não pagou nada chamou os seus amigos para me assaltarem? É por isso que adopto uma estratégia de não ir ao encontro dos clientes", explica

Juliana.

A porta-voz da Plataforma de Direitos dos Trabalhadores de Sexo na Moaña, cuja identidade o "Noticia" preferiu preservar, afirma que a população ainda tem preconceito e discrimina as mulheres deste ramo de actividade, o que contribui para situações de violência verbal e psicológica.

"Se eu for a um mercado e as pessoas perceberem que tenho do RMA, a possibilidade de me desrespeitarem é muito grande. Por isso, procuro não preservar as minhas identidades para o bem das minhas famílias", acrescenta.

Relação com a PRM cada vez mais pacífica

APESAR do receio destas mulheres de reportarem à Polícia casos de violência ou abuso de que do ano, a relação entre as trabalhadoras de sexo e os agentes da PRM melhorou de forma significativa, graças à sensibilização sobre promoção e protecção de direitos das populações-chave.

O comandante da PRM na Moaña, Constantino Bana, conta que os agentes da lei e ordem têm tido uma atitude mais protectora às mulheres trabalhadoras de sexo, mostrando do para a denúncia de casos de violência perpetrada por outros actores.

"Sabemos que esta relação tem sempre sido positiva, mas desde 2019 que não registamos casos de desmandos dos nossos agentes. O exemplo disso é que eles encontram actividade onde a PRM está presente, para garantir a ordem, segurança e tranquilidade públicas", acrescentou o comandante.

A chefe do Repartimento de Atendimento à Família e Menores Vítimas de Violência na I.º Esquadra da PRM em Rosário García, Gella Mica, explica que as intervenções da corporação no âmbito das populações-chave incluem sensibilização e diálogo para criar maior aproximação com as trabalhadoras de sexo.

"A relação com as trabalhadoras de sexo é muito boa, e nos temos uma interacção permanente para cobrir as suas necessidades e contribuir para que o exercício da sua actividade ocorra num ambiente de", assegura.

No entanto, segundo Gella Mica, persiste ainda o desejo de assegurar a coesão e união entre as trabalhadoras de sexo para que não tenham de enfrentar situações de violação dos seus direitos.